

A VIDA MORAL



INTRODUÇÃO:

O problema da Moral na vida é o problema da Ordem. A Moral é a ciência que orienta os nossos actos para o seu fim supremo. E, pelo não ha nenhum acto humano que não tenha um fim, todos os nossos actos têm uma dimensão moral; pode-se afirmar mesmo que o homem é um ser eminentemente moral.

É a consideração do alcance moral de cada acto humano que nos faz debruçar sobre o problema da vida moral, no seu duplo aspecto de conhecimento e de realização.

De conhecimento, porque a perfeição dos nossos actos que é o mesmo que dizer o bem e a felicidade, frutos da Ordem, é acessível, na medida em que somos instruídos acerca do que esses actos comportam.

De realização, pela qual a nossa vida só é moral em acção consequente, unificada, segundo a nossa condição de criaturas eminentemente livres. Não podemos viver da letra, desprezando o espírito " porque a letra mata, e só o espírito vivifica". É preciso que não mereçamos a palavra de Deus no A. Testamento": Este povo exalta-me com os lábios, mas com o coração não me honra.

Vamos consolidar a Verdade na nossa inteligência e no nosso coração, para que, revitalizadas os princípios, eles sejam a força propulsora de uma coerência de vida!

NOTA:

O livro indispensável para o estudo das equipas é:
Jacques Leclercq - "A Vida em Ordem" - vol. IV ed. A.C.P.

I - A MORAL NATURAL

1. Não foi o Cristianismo que trouxe a Moral. Quando falamos de Moral, não falamos necessariamente de Moral Cristã. Cada religião e até quaisquer simples instituições têm a sua moral na medida em que são normativas, relativamente ao comportamento humano. Essas Morais não são, porém, ditadas arbitrariamente. Fundam-se na chamada Moral Natural, anterior a todas elas, porque derivante, desde o momento em que o homem foi criado, da própria essência da sua natureza. O homem traz em si a possibilidade de reflectir sobre os seus actos; e na medida em que é dotado da razão para viver livremente, com vista aos fins que decide atingir, e pelo modo como os decide atingir, os seus actos qualificam-no, no próprio uso que faz da sua liberdade. Em razão desta o homem torna-se automaticamente responsável por eles. E dos seus actos faz juízos de valor, distinguindo entre dois princípios: o Bem e o Mal.

2. O que é o Bem? O que é o Mal?

Surgindo na terra, unico ser dotado de razão para viver livremente e consagrar a sua actividade livre ao amor divino, o homem, precisamente por isso, tem que ordenar a sua vida e fazer com que, nela, cada coisa ocupe o seu lugar próprio. Para isso, tem de hierarquizar as suas tendências, sublimar os seus impulsos, ordenar os seus conhecimentos, reduzir tudo, enfim, ao princípio da Unidade, que é princípio de Ordem. Aqui reside o Bem: a perfeição, a plenitude do ser "em ordem". Uma vez estabelecida esta no interior de si próprio, ela tende, naturalmente, a projectar-se no exterior, na vida de relação com os outros.

Só, então, o homem toma o lugar que lhe é devido na ordenação universal da criação, no plano de Deus.

Em opposição, o Mal é a diminuição do ser, é a negação da perfeição e da ordem, e resulta da falta de equilíbrio, da falta de unificação, da falta de inserção no plano divino.

3. Bem e Mal - valores absolutos

Deus criou o homem para que ele lhe dê glória, realizando a sua perfeição e, nela, encontre a felicidade. Assim, quanto mais perfeito é o homem tanto mais glorifica o Criador; quanto mais se aproxima da perfeição, tanto mais perto está de Deus. Deus é medida de toda a perfeição. E, por isso, Bem e Mal são noções de absoluto.

Embora seja o homem a construir a sua perfeição, a partir dos seus próprios dados individuais e únicos, e, assim, a lei profunda da sua vida se encontre insculpida no mais íntimo da sua natureza, o seu fim está em Deus. Esse facto leva à existência de uma regra objectiva - a lei moral, fazendo que Bem e Mal não dependam do arbitrio do homem, da sua opinião ou gesto. Não é, pois, a lei moral que deve acomodarse à consciência do homem, mas esta que deve ser regulada por aquela.

Não se esqueça, porém, que, na aplicação da lei moral a casos concretos, a conduta a tomar pode diferir de pessoa para pessoa: a consciência terá sempre que se pronunciar mas nunca contra as leis fundadas nas exigências da própria natureza humana ou sobre a palavra de Deus, que nos faz conhecer não só o fim a que somos chamados, mas o caminho pelo qual o atingiremos.

Em suma, não devemos tomar nenhuma das atitudes extremas: nem pensar que não pode haver uma moral objectiva pelo facto da diversidade de aplicação das suas normas, nem pensar que a moral se tem que realizar rígida e uniformemente em todas as criaturas.

4. Mas onde acaba a lei moral absoluta, e onde começa a forma de realização particular?

O dever moral é fazer o bem na medida do nosso conhecimento (da lei moral) e da nossa capacidade. O homem deve agir com recta intenção. Quer isto dizer, fazer o máximo que pode para proceder bem. Interessa realizar a perfeição que lhe é acessível, tomando como norma pessoal o aproximar-se tanto quanto possível do bem objectivo. Não se trata, pois, de conseguir uma perfeição igual à de outrem, nem uma perfeição "em série", mas a perfeição própria, tomando como norma o Bem objectivo, enquanto sinceramente atingido pela consciencia. Nesta base se devem entender as variações da moral com o tempo, os lugares e os tipos de educação. A moral objectiva não muda substancialmente. O que pode mudar é o âmbito em que ela é subjectivamente atingida ou realizada pelo homem.



II - FUNDAMENTOS DA MORAL NATURAL

A Moral Natural fundamenta-se, podemos dizer, em 2 partes:

- no facto de o homem ser uma criatura
- no facto de o homem ser um "ser situado".

1. Como ser criado por Deus à Sua imagem e semelhança, e dotado de razão que o eleva acima dos seres inferiores e lhe dá um lugar especial no conjunto harmónico da Criação, o homem tem uma dignidade humana, que não consiste apenas na posse da razão em si, mas sobretudo no domínio da razão sobre a carne, sobre uma carne que não é suprimida, mas elevada ao nível do espírito que a informa e dirige. É a partir desta acção do homem dentro de si próprio, deste esforço constante para estabelecer a harmonia no binómio corpo-espírito, que ele dá o seu contributo, como criatura, para a harmonia total do Universo.
2. O princípio da dignidade humana aplica-se também nas relações dos homens entre si. Cada um deve ver no outro uma exigência de dignidade como a sua, e portanto, o direito a ser tratado como merece a sua condição de criatura de Deus. A fundamentar a moral natural, encontra-se, pois, a necessidade de um respeito mútuo de homem para homem, que é a base segura das relações com o semelhante.
3. Os fundamentos da moral natural são independentes da Revelação: têm uma base racional. O homem vê claramente, só pela razão, como é conveniente guardar os preceitos da Moral Natural, e como é indigno de um ser racional não os guardar;
 - sente tranquilidade de consciência quando cumpre essas normas e inquieta-se quando as não respeita;
 - compreende que Deus não pode recompensar igualmente os que guardam os preceitos e os que os desprezam. E, como na existência sobre a terra, acontece, por vezes, que os homens perversos são mais felizes do que as pessoas rectas, torna-se necessário concluir pela existência de outra vida, onde cada um receba o prémio ou o castigo correspondente às boas ou más acções que praticou.

III - A PERSPECTIVA DA MORAL CRISTÃ - SUA RELAÇÃO COM A MORAL NATURAL

1. O Cristianismo não veio suprimir a Ordem natural. "Não penseis que vim abrogar a lei ou os profetas" - diz Cristo - Não veio abrogar, mas aperfeiçoar. É que a ordem natural, como a sobrenatural, têm a sua origem em Deus. O Deus que nos criou é o mesmo Deus que nos elevou à vida sobrenatural; e Deus não se pode contradizer nas suas obras.

O Cristianismo trouxe à humanidade uma perspectiva nova: abriu-lhe o caminho da salvação, depois do pecado original.

Assim o homem, decaído pelo pecado, fraco na sua inteligência e na sua vontade, encontra praticamente, um único meio para ser realmente perfeito: seguir Cristo!

2. O que acrescentou o Cristianismo à Moral Natural?

A Revelação e a Redenção trouxeram uma ordem nova - a ordem sobrenatural - e um mandamento novo expresso - a Caridade: "é pela Caridade que conhecerão se sois meus discípulos". Cristo veio ensinar-nos como se ama a Deus, fazendo só a sua vontade - "o meu alimento é a vontade de meu Pai", e imitando-o - "sede perfeitos como o vosso Pai Celeste é perfeito".

A moral tornou-se assim, mais próxima de Deus; a vida espiritual consistirá, agora, na imitação e na posse de Cristo. O homem perfeito será o Cristo perfeito; o homem justo poderá ser Santo. Em vez de uma lei, impor-se-á uma adesão. Para além da letra, o espírito; para além da Justiça, o Amor.

IV - A MORAL CRISTÃ E A FELICIDADE HUMANA

1. A moral cristã, sendo caminho de salvação, é caminho de felicidade, porque a salvação opera-se só pela ordem; ela é o meio de atingir a saúde plena; e, se se goza a felicidade física na posse da saúde do corpo, a felicidade intelectual no desenvolvimento harmonioso duma inteligência sã, e a felicidade moral na rectidão perfeita da vontade, a felicidade humana, que se encontra na reunião destas três felicidades, intrinsecamente ligadas ao fim sobrenatural do homem, que é o conhecimento e o amor de Deus em Cristo, necessariamente é atingível pela realização da Moral Cristã.
2. A Moral Cristã é ainda desinteressada; porque se é certo que a promessa de felicidade eterna acompanha muitos dos ensinamentos do Mestre, a verdade é que, à medida que os homens progredem, procuram a virtude, que redundará, em felicidade, mas não a virtude só para a felicidade. O Bem é inseparável da felicidade, que só se concebe com um fruto do Bem e da perfeição. Mas o Bem e a perfeição atraem o homem por si mesmos, independentemente de terem por chamariz a promessa de felicidade. A felicidade não é só o fim, mas o resultado.
3. Se a virtude é, pois, o que o homem deve desejar, e deve ser o seu móbil de progresso, que sentido terá, na Moral Cristã, o temor de Deus? De certo modo, a esperança de uma recompensa e o temor das penas são um móbil menos elevado que a preocupação do dever e do amor desinteressado; mas isso não permite afirmar que sejam móveis imorais. Se foi o próprio Deus que juntou, às prescrições da sua doutrina, a sanção duma recompensa ou dum castigo, é para levar o homem, mais eficazmente, à observância dos mandamentos e para o peirear, com mais segurança, da transgressão das leis. É, até natural que o homem destinado a uma vida eterna, crendo, portanto, na ideia de eternidade, não a veja em abstracto; mesmo porque, em todos os seus actos, a vontade do homem é movida pela ideia dum bem a atingir.



V - A MORAL NA VIDA

"Renovai-vos, pois, no espírito do vosso entendimento, e revesti-vos do homem novo, criado segundo Deus na justiça e na Santidade verdadeira".
S. Paulo - Ep. aos Efésios, IV-23

Não basta conhecer; é preciso realizar. A Moral na vida traduz-se no exercício das virtudes, que são o instrumento que liberta o homem do jugo das paixões que o escravizam. Vamos reflectir sobre cada uma dessas virtudes em particular, o que não significa de modo nenhum que elas em realidade existam separadas. As virtudes sustentam-se uma às outras, e nenhuma delas é perfeitamente realizável, diz S. Tomás, sem que todas o sejam. Considerá-las-emos separadas apenas para fazer valer pontos diversos da mesma coisa, o que em nada destrói a unidade fundamental da vida moral.

O estudo das virtudes morais sobre que nos vamos debruçar, humildade, prudência, temperança, pobreza, obediência, paciência, justiça, fortaleza e perseverança, permitir-nos-á reflectir num grande número de circunstâncias concretas da nossa vida? É trabalho de cada uma de nós o fazer dessa reflexão o 1º. passo de um trabalho de "conversão" interior; todo o conhecimento das leis da vida moral nos compromete de certa maneira.

A) A HUMILDADE

1. A humildade é virtude da Verdade; dá-nos o sentido do que somos. E, sendo a virtude do homem que se conhece, tem um carácter marcadamente intelectual; apesar disso, consiste, sempre, numa orientação da vontade. Ser humilde não é fazer acreditar aos outros que somos indignos e incapazes, porque isto é muitas vezes, a capa de um medo de assumir responsabilidades, ou de uma boa opinião de nós próprios. Se, relativamente às outras criaturas, podemos ser superiores, em qualidades dons; se, porventura, os ultrapassamos num ou noutro aspecto, não é falta de humildade verificá-lo. Se nos compararmos, porém, ao absoluto, tudo se modifica; e somos, então, um nada desprezível.
2. Essa constatação está na base da ascese cristã. É só quando se compreende que nós nada valemos nem podemos, que somos nada, que Deus pode começar, pela sua graça, a fazer tudo, Ele que é tudo. A humildade surge, assim, a preparar o homem para se aceitar a si mesmo; ajuda o homem a fazer o acto de Fé, porque ajuda o homem a apoiar-se em Deus.
A verdadeira humildade é gerada pelo sentido da criatura, resultante do confronto entre ela e Deus. Pode existir evidentemente na ordem natural, pois que o próprio bom-senso já acusa essa dependência fundamental da criatura com respeito a Deus. Contudo, na prática, a humildade é difícil de manter à margem da vida cristã, porque a consideração do nosso nada, à margem da religião, não tem estímulo a ajudá-la.

3. O Homem humilde é o homem que está na ordem. Como tal, o orgulho, pecado diametralmente oposto à humildade, é a desordem fundamental, do homem que se pretende substituir a Deus, ser o centro. O pecado do orgulho é, portanto, o vício basilar da inteligência, o chamado "pecado metafísico" do contingente que pretende ser o absoluto.
4. A acção mais directa sobre a humildade é evitar o que pode lisonjear o orgulho, e procurar o que alimenta a humildade: aceitação sorridente de tarefas aborrecidas que os outros rejeitam; não buscar argumentos para uma acção mediocre que nos apontam; aceitação das censuras, mesmo injustas; aceitar que os outros sejam preferidos a nós, e sermos deixados na sombra; aceitarmos o sermos batidos na nossa opinião, a não sermos nós a dispôr as coisas. Humildade no agradecer, na obediência, são tudo treinos que fortalecerão a nossa humildade em verdadeiro espírito cristão; mas, principalmente, no saber aceitar as humilhações que vêm, sem serem previstas nem preparadas, é que está a prova da verdadeira humildade. Ela é para o Cristão virtude de força...
Só por ela virá a nós o Reino de Deus...

B) A PRUDÊNCIA

1. Se a virtude da humildade é virtude de verdade, a virtude da Prudência é, com a temperança e a paciência, uma virtude de equilíbrio, essencial na vida cristã. É uma virtude intelectual que resulta da compreensão do que somos; e, por isso, é fruto da humildade. Teologicamente, define-se como "a virtude que inclina a inteligência a escolher os melhores meios para atingir o fim". É, pois, a virtude pela qual sensatamente se vê a relação exacta entre o meio e o fim, e se aprecia o que convém fazer. É a virtude do homem equilibrado que se conhece e se aceita tal como é; como tal, desenvolve os seus talentos sem se perder em lamentações estereis sobre dons que não recebeu, ou que outros têm. Compreendendo o real, o homem prudente age de acordo com as suas forças; realiza-se na Verdade, segundo as dimensões que lhe são próprias.
2. A Prudência tanto inspira audácia como impõe moderação, porque ela aconselha sempre ao homem o sacrificio de tudo o que é humano, quando está em causa o que é divino. A prudência, baseada em razões puramente humanas, é, às vezes, louca imprudência; e uma aparente imprudência pode ser verdadeira prudência, quando é baseada em motivos divinos, que dão uma perspectiva totalmente diferente das coisas. É a parábola das dez virgens (cinco bucas e cinco prudentes) (S. Mateus, XXV, 1) ou, então, a parábola do homem rico (S. Lucas, XII, 16) cuja preocupação é fazer celeiros, abandonando o que interessava à sua alma.
Em todo o Evangelho, o louvor de Cristo vai, sempre, para o servo prudente, a quem o Senhor, quando vier, achar preparado; porque o Senhor virá no dia, em que o servo menos espera!
A prudência é uma virtude realista, avessa aos ambientes claro-escuros da acção indecisa ou louca. Ela esclarece a justa medida da acção, e a sua conformidade relativamente aos fins morais.



3. Quando sou imprudente?

Sou imprudente sempre que na minha vida amontoei todos os argumentos e razões humanas para me subtrair às responsabilidades que necessariamente me obrigariam a renunciar a mil coisas para fazer bem só uma; quando escolho o caminho mais fácil, para não me comprometer; quando não renuncio as mil solicitações que me rodeiam para me fixar na que mais importa; quando tenho medo de ir mais além, no progresso moral; quando não sei arrancar de mim o meu egoísmo. Sou imprudente sempre que me ligo às coisas que passam, e desprezo o que não passa - o que é eterno!

" Estejam cingidos os vossos rins; e, nas vossas mãos, tendo lâmpadas acesas; e fazei como os homens que esperam o seu senhor, quando volta das bodas, para que, quando vier e bater à porta, logo lhe abram". (S. Lucas, XII, 35)

C) A TEMPERANÇA

1. Refere-se aos apetites sensíveis (sexuais, comida, bebida, etc.) e é a virtude pela qual a razão domina os sentidos. Sob a designação geral de temperança, considera-se uma série de virtudes: a sobriedade, a castidade, o pudor, a modestia, etc., a que se opõe a gula, a luxúria, o impudor, a vaidade, etc.. É bom que reflitamos sobre ela, nos seus aspectos vários, porque há, na vida, uma obra de perfeição moral a realizar. E, por isso, precisamos de afinar, cada vez mais, o nosso senso moral, para apreciarmos o que é belo, e criarmos horror a todas as formas de desordem. Também elas estão todas ligadas entre si; a vida sensível está intimamente ligada à vida fisiológica e à vida intelectual. É tal a unidade do ser humano que qualquer desordem, num destes campos, repercute fortemente sobre os outros. Por isso, são condenáveis todas as formas de intemperança; não só pelo facto de serem desordens em si próprias, mas ainda porque provocam o desequilíbrio de toda a vida moral.
2. Quanto à gula, diremos rapidamente que há várias espécies, que o moralista terá de conhecer, para poder apreciar da gravidade da desordem. Ser guloso não consiste, apenas, em comer demasiado, para além das necessidades vitais. Pessoas há que comem pouco e nem por isso, são mais sóbrias, tal a sua importância que dão à quantidade do alimento, à sua preparação, ao cerimonial da refeição, etc. Desta maneira, um simples ovo cozido e uma fatia de pão podem ser mais motivo de gula do que se se tivesse ingerido um tanto almoço. A gula não está, pois só na quantidade; pode haver gula relativamente à qualidade. Há uma gula brutal e uma gula requintada, que nem, por isso, é menos censurável que a primeira. Quantas vezes, nós não comemos demasiado só por serem coisas que nos agradam; preferimos coisas "especiais" às mais sóbrias; comemos fora das horas devidas, por não resistirmos à tentação, sem nos lembrarmos que a temperança manda comer, apenas, o que basta para viver e para servir o Senhor? Sem me lembrar que enquanto comemos simplesmente para satisfazer um prazer físico, milhões de homens morrem, no mesmo instante, de pura fome, sem que nós saibamos oferecer por eles o sacrifício da nossa sobriedade.

3. O problema da temperança não consiste, porém, só em suprimir as paixões, mas também em sublimá-las. Ser temperante não é ser insensível. O problema da Moral é satisfazer a natureza na ordem, isto é, satisfazê-la de modo conforme as suas exigências propriamente humanas, dominadas pelas exigências do espirito. A satisfação física também tem o seu lugar próprio - a família, o exercício físico, os jogos, os desportos, - oferecem possibilidades dessa satisfação na ordem, quando vistos no seu lugar, dentro da hierarquia dos valores humanos. A Moral Católica baseia-se na natureza humana; e, por isso, é moralmente bom o que é conforme a natureza humana, isto é, o que é razoável. Tudo o que vai contra a natureza ou não é razoável, é moralmente mau.

4. Isso passa-se, assim, relativamente à alimentação e à bebida: é boa a sobriedade; é censurável, a gula. O mesmo acontece na vida sexual. São maus todos os actos contra a natureza. A Moral Católica só condena o prazer desordenado, a actividade sexual que exclui o fim querido por Deus e pela natureza, a busca do prazer como fim único e exclusivo. E, por mais forte que seja a solicitação do desejo, não é irresistível.

São prova disso, os milhares de pessoas de ambos os sexos que vivem em continência perpétua; afirmam-no todos os médicos e pedagogos sérios; cumpre-o a força do testemunho da consciência de cada um. Com a depravação de uma sociedade materializada, aumentam cada vez mais os estímulos excitadores dos sentidos, a tal ponto que muitos homens se dizem incapazes de resistir. Ora eles confundem um desejo que é são e natural com o desejo desordenado. Partem de um conceito errado de natureza.

É a conservação do indivíduo que é irresistível; porque é tendência natural ao serviço da pessoa. Mas o desejo sexual não é ordenado para a conservação do indivíduo; tem por fim a procriação e conservação da espécie humana. E para esta, não é necessário que todos os homens nela participem. Mesmo que um grande numero se abstinésse de todo o acto que tem em vista a reprodução, esta estaria suficientemente assegurada. Estas considerações levariam à questão do valor positivo, formidável da virgindade, de que tantos ignoram o poder construtivo; não cabem, porém, dentro da extensão deste estudo essas considerações.

5. Temos ocasião de exercer a virtude da temperança, variadíssimas vezes por dia: sobriedade na alimentação, amor a uma certa dureza de vida, desapego das comodidades... As abstinências, os jejuns, a cela de paredes nuas, a cama dura, que vemos na vida dos santos, firmam-se todas na base da temperança. Ela não é a vida moral em si; leva ao limiar da vida moral; abre de par em par as janelas da nossa alma para deixar entrar a jorros a graça de Deus. E dos sinais mais seguros da força de alma cristã!



D) A POBREZA

1. Ter a virtude ou o espírito de pobreza não é ser pobre. Um rico pode ter a virtude da pobreza e um pobre o vício da riqueza, porque a questão está no apego ou desapego que se tem às coisas. A virtude da pobreza consiste em não nos ligarmos às riquezas mesmo tendo-as; em utiliza-las com moderação e dar-lhes o seu verdadeiro lugar na ordem dos valores. É difícil, isto; porque a vida se orienta naturalmente para a aquisição de bens materiais, e o homem, quase sempre, deixa-se escravizar por elas. Considera-os como fins, em vez de os considerar apenas como meios. O ideal da pobreza deve ser o ideal do Cristão que se liberta de tudo para se dar todo a Deus. Diz Sta. Agostinho: "ama-te menos aquele que ama, ao mesmo tempo, qualquer coisa que não ama por causa de ti". Por isso, e que o espírito de pobreza é libertação, e o amor das riquezas escravidão.
2. Devemos guardar o que é necessário; o supérfluo devemos-lo à Comunidade. E isto que, na Idade Média, se traduzia pela esmola; traduz-se, hoje, numa colaboração intensa na promoção do bem social: assistência social e espiritual, à infância, aos velhos, aos doentes, aos incapazes; criação de condições de saúde e cultura, de vida sã, tudo isso são utilizações legítimas da riqueza; como é uso legítimo, o que faz aquele homem que dando também uma parte proporcional à comunidade, emprega outra com vista à beleza sem ostentação. O conforto moderno que o progresso nos proporciona pode aparentemente colidir com este desejo de espírito de pobreza. O conforto por um lado, apresenta um aspecto de higiene e limpeza absolutamente recomendável; por outro, também e apenas, uma busca de vida fácil sem entraves. Ora, se no primeiro aspecto só é louvável, já no segundo o devemos olhar com mais desconfiança. A virtude da higiene só pode ser praticada, quando não é escravidão ao conforto. O ideal será praticar a virtude da higiene com uma certa austeridade, com desprezo pelo comprazimento na satisfação física em si, que o acompanha. Este espírito de pobreza deve fazer-nos pensar, um pouco, no uso que fazemos dos nossos bens: na distribuição e gasto do nosso dinheiro, na nossa economia e liberalidade, no apego ao que possuímos. Como realizamos a justiça em nós?

E) A OBEDIÊNCIA

1. A obediência é uma virtude social. Supõe homens que vivem em conjunto e uma ordem que os subordina uns aos outros. Daí, lhe advém duas formas possíveis: obediência à autoridade legítima que manda na ordem da sua competência; e obediência a vontade ou gosto do outrem, quando são legítimos. Sendo renúncia à vontade própria, a obediência é ponto de partida para toda a perfeição. Por isso, constitui um dos votos das ordens religiosas. Substituindo-se à nossa, a vontade divina, a vida comum sobrenaturalizada toma o valor de uma consagração. A obediência, dentro da comunidade religiosa, em especial no noviciado, toma até por vezes aspectos que, a uma pessoa que a não entenda, dentro do clima especial do noviciado, poderiam parecer absurdos. É uma obediência praticada por si mesma, sem atender ao seu objecto. No noviciado, de facto, dando a única preocupação a formação das noviças, a materialidade dos actos perde, ali, a sua importância; os actos interessam como exercícios ou treinos de perfeição; e, nesse caso, tanto vale obedecer a uma coisa como a outra.

2. A obediência à autoridade legítima custa; e custa porque os detentores dela não são perfeitos. E como os subordinados também não são, alegam, muitas vezes, a injustiça da ordem, quantas vezes, só, por que essa lhes desagrade.
Sabemos todavia, que a vida social exige uma direcção; e, portanto, quando se ingressa numa sociedade, deve-se lealmente aceitar essa necessidade com as respectivas consequências, isto, é, sabendo de antemão, que vamos entrar num mundo de homens, nem sempre, perfeitamente justos.
Longe disso. Portanto, o que o homem tem a fazer é, primeiro aceitar que os governantes governem; prestar-lhes a sua colaboração e aceitar o que decidem. Desta leal colaboração, faz parte a crítica sã, que é a ajuda dada no sentido da indicação das modificações desejáveis, com vista ao melhoramento de ordem existente; não se trata, aliás de desobediência, pois se continua a estar sujeito à lei, enquanto a autoridade legítima a impõe.
3. A questão da obediência à autoridade da Igreja tem um carácter especial, inseparável da Fé, pois essa autoridade é de instituição divino-positiva. É, portanto, inabalável como nenhuma outra. A Igreja é, de facto, por instituição de Cristo, o poder supremo da ordem moral, e fala em nome de Deus. Como tal, o fiel só tem que obedecer.
Esta obediência, dissemos que era inseparável da Fé. E, por isso, é que no seu aspecto humano, os representantes da Igreja, como homens, não são perfeitos, e são livres para pecar. Isto dosilude muitos espíritos típicos. A Fé mostra o outro aspecto da Igreja, que é o aspecto divino; ela é a sociedade das almas, unidas pelo sopro animador do Espírito Santo. É esse mesmo Espírito que, assistindo até ao fim dos tempos a Igreja, no seu chefe visível, o Papa, lhe dá o dom da infalibilidade em matéria de Fé e de Costumes. Além de que, no curso da sua vida, todos os que detêm autoridade, recebem assistência especial para guiar a Igreja no caminho da Salvação e da Santidade que Cristo quer. Cristo, ao instituir a Igreja, sabia que os homens eram fracos; mesmo assim, a instituiu. A Providência fará o resto. O Cristo tem que obedecer, embora os dirigentes desempenhem mal a sua missão. Essa obediência é muito mais salutar para a Igreja, que um acto de rebeldia. Não é a revolta, nem a manifestação pública; nem as investidas sangrentas que operam as coisas. É a santidade.
Foi o que fizeram S. Inácio de Loyola e S. Francisco de Assis, vivendo em épocas de reforma. Criaram simplesmente focos de santidade, que, actuando sobre a Igreja, a sanearam dos seus males. A obediência aos outros e a Deus surge, sempre, pois, à base de Renúncia. É o acto mais sublime da liberdade humana.



F) A PACIÊNCIA

1. A Paciência é a virtude pela qual aceitamos os trabalhos da vida unindo-nos a Vontade Divina.
Não se trata, só, de paciência nos grandes sofrimentos, mas em todas as situações correntes da vida. Aceitarmos-nos, primeiro, a nós mesmos como somos, com as nossas limitações, as nossas incapacidades, as nossas próprias fraquezas; aceitarmos as contradições da vida, no seu dia a dia; e tanto as pequenas como as grandes: uma pessoa que nos faz esperar; outra que nos aborrece; um objecto querido que se perde; um plano que se transtorna; uma previsão que falha; um contratempo que sobrevém; os desgostos grandes da vida; as grandes provações; tudo, enfim, oferecendo tudo a Deus para a sua glória. Aceitar sorrindo a vida de todos os dias? a monotonia do trabalho ou da profissão, as tarefas sem interesse, os contactos com pessoas que não nos são simpáticas, o cuidado com os doentes e infelizes, a alegria com os tristes.
2. Depois, paciência na aceitação do sofrimento físico. Aceitar o sofrimento, na atmosfera cristã da vida, é amar. Sufrimento é prova de amor e de Fé; porque todo o sofrimento vai de encontro às aspirações da Natureza; mas liga-nos a Deus, dando-nos a certeza de que todo o acontecimento, mesmo o mais banal, concorre para o desenvolvimento do plano divino.

G) A JUSTIÇA

1. Das virtudes morais, umas interessam mais especialmente à vida interior, estabelecendo a ordem em nós. Foram as que vimos, até aqui? As que agora vamos considerar, dizem respeito à vida de relação, regulando a conduta no exterior. São fundamentalmente, a justiça e a fortaleza.
A Justiça é a virtude pela qual se dá, a cada um, o que lhe é devido, fazendo-o assumir os deveres e gozar dos direitos que lhe cabem no conjunto das circunstâncias que determinam a função que é chamada a desempenhar na terra.
A justiça tem o seu fundamento na igualdade; é, por isso, que, sendo os homens iguais, não podem sacrificar outros aos seus próprios interesses.
Para com Deus, o homem tem o dever, não da justiça - pois Deus ultrapassa infinitamente o homem - mas de religião ou de adoração; a atitude da criatura em face do Criador. Exterioriza-se, espontaneamente pela prestação do culto. Mas o que é essencial na religião é a atitude de adoração, atitude de amor reverente perante Deus. O culto é só a manifestação exterior dessa atitude. Deveres igualmente ligados à justiça são os deveres para com os pais e para com a pátria. Mesmo no caso que os pais faltem ao seu dever, negando aos filhos a afeição devida, estes continuam a ter deveres para com eles, porque há, para além de tudo, uma solidariedade forte a uni-los. Se para os bons pais a essa solidariedade natural se junta um dever de reconhecimento, para com os pais que faltarem os seus deveres essa solidariedade existe só por si, traduzindo-se sob a forma de afeição aos consanguíneos.
Quanto ao amor para com a pátria, não o devemos levar ao exagero, amando os próprios males da pátria. Não podemos aceitar nem amar os pecados nacionais; devemos, antes, lutar para que a pátria seja pura.

3. Fazendo parte de uma sociedade, o homem tem o dever de se consagrar ao bem comum. É a chamada justiça social, que se dirige aos homens enquanto agrupados em colectividades. O homem tem o dever de ser nela o elemento útil; e, na medida em que o é, comparticipa na obra comum da civilização, desenvolvendo o seu sentido social, isto é, o sentido dos interesses colectivos ou do bem geral. Este sentido não pode, nunca, perder de vista, que, dirigindo-se embora a colectividade, estas só têm em vista permitirem ao homem desenvolver-se. Por isso, o sentido social só se desenvolve, ordenadamente, quando acompanhado do sentido do homem, da sua dignidade de ser humano. A Justiça é o fundamento da Caridade. De facto, o primeiro dever da Caridade é respeitar a justiça; mas vai mais longe que ela, porque a Caridade é revelação do amor divino; e, como tal, está ligada à Redenção. A Caridade incide sobre o homem, integrado ou não em colectividades. E, nisso, difere da justiça social. Uma é o bem do homem; outra, bem comum.

4. A justiça distributiva refere-se à distribuição das vantagens e encargos sociais. É uma virtude de chefe. Torna-se difícil, realizá-la totalmente pelos elementos vários que entram em conta, na avaliação do que é justo. O homem, a maior parte das vezes, pretende mais ou menos do que lhe é devido. E tudo isso, perturbando a harmonia do conjunto, suscita o mal-estar social. A mediocridade em que se exercem, habitualmente as funções; a incapacidade de muitos, que conseguiram, apesar disto, ascender à situação de relevo; o mérito pessoal de outros que não é reconhecido; as invejas, as calúnias, etc.. constituem elementos múltiplos com que se encontra a braços, aquele que tem que realizar a justiça distributiva.

5. A justiça comutativa regula o tratamento dos outros, respeitando neles o nosso semelhante. Nisso, se avalia a delicadeza moral do homem. Atitudes como o roubo, o homicídio, o adultério, a calúnia, a mentira são pecados contra a justiça comutativa, de que o homem tem de prestar contas a Deus.

Um dos aspectos basilares dessa justiça é o dever de rectidão que devemos desenvolver em nós, pois nos ajuda a decidir da atitude a tomar, quando a situação concreta surge. Há casos delicados, em que o dever moral é difícil de perceber: casos, por exemplo, em que colidem a Sinceridade e a Caridade, ou em que se tem de optar por um mal menor para evitar outro maior. Nestes casos, a rectidão da consciência é imprescindível. Esse dever de rectidão dá-nos a repugnância pela mentira. Para a Calúnia, o dever da benevolência e da objectividade são os mais eficazes para resolver questões relativas a estes pecados. Benevolência que não seja só de palavras, mas que deve brotar dos próprios pensamentos. A benevolência não impede, aliás, uma crítica justa, dominada pela Caridade. Deve porém ter em conta, essencialmente, o sentido das oportunidades e das conveniências, chamando a atenção para as circunstâncias atenuantes e para possibilidades do bem, que outros muitas vezes, cegos pela paixão, se obstinam em não reconhecer.

E ainda a Caridade, a ultrapassar a Justiça...

H) A FORTALEZA



1. Em face de Deus, o homem é nada. Mas, sob outro aspecto, a dignidade do homem é imensa, pois Deus ama-o e chama-o a participar na sua vida.
A consideração da grandeza do homem é que constitui o fundamento da fortaleza. Ela dá a vida, o seu impulso; faz da vida aparentemente mais insignificante, uma obra prima exaltante na sua Verdade, porque nela se encontra Deus.
A fortaleza pode ser definida como a disposição habitual para nos entregarmos à Verdade, ao Bem e à Beleza. Tem um aspecto intelectual, que é o entusiasmo; um aspecto voluntário, que é a generosidade.
2. O entusiasmo é uma forma de alegria, em presença da beleza. É uma das forças mais eficazes da acção. É característico do homem sã; o homem corrupto, pelo contrário, torna-se incapaz de entusiasmo, porque este supõe a alma jovem com ideal. Da corrupção, resulta uma decepção de tudo o que em nós aspira às coisas grandes e belas.
A generosidade é o aspecto voluntário da virtude da fortaleza. Consiste mais em dar-se que em dar; um dos seus aspectos fundamentais revela-se no assumir de responsabilidades. Efectivamente, assumir responsabilidades exige energia moral, que é o mesmo que coragem. Daí, em muitos, o desejo de não serem responsáveis; de enfileirarem na massa, para não terem que dar. Resignam-se às coisas tradicionalmente aceites, sem se afoitarem às coisas renovadas; escapam-se de tudo o que pressuponha aceitação de risco. E, por isso, não são generosos. É uma das maiores marcas do nosso tempo, é esta; não haver pessoas que assumam responsabilidades. E, contudo, se fazemos, pensamos e agimos por si mesmo, se conseguimos coisas grandes.
3. Outro aspecto da fortaleza é o sentimento do dever. O sentimento do dever é um aspecto do sentido do absoluto, porque o dever é a tradução do absoluto na vida. O dever é absoluto. É por isso que ele se impõe, e que nada há a fazer senão cumpri-lo cabalmente. E nem sempre o dever se apresenta em notáveis proporções de grandeza na nossa vida. Quer dizer, o dever de determinados momentos pode concretizar-se num incidente minúsculo, num gesto sem importância em si. Mas é tão decisivo como se fôsse uma coisa grande. A acomodação na coisa pequena é um convite à acomodação na coisa grande; sobretudo, quando se sente a ameaça do equilíbrio moral.
4. Os efeitos da fortaleza fazem-se sentir em toda a acção: o auto-domínio, por exemplo, pelo qual possuindo-nos, utilizamos as nossas faculdades e paixões ao serviço de Deus. Leva-nos ao trabalho, à doação e à actividade ordenada. O auto-domínio não implica, porém, uma tensão permanente. Pode haver, igualmente, excessos numa refracção exagerado de nos próprios. Há abandonos oportunos. É o que S. Tomás chama entrapéllia que consiste em saber recrear-se. Ligada à generosidade, anda a liberalidade que nos faz dar facilmente o que temos. Anda muito a par do espírito de pobreza; pois dá mais facilmente quem está menos apegado aos bens.
A virtude da fortaleza centra-se, ainda, na bondade das relações com o próximo.
A bondade é a virtude moral mais intimamente ligada à Caridade. Inclina-nos a praticar o bem. Não consiste em ficar no mero sentimento perante as aflições ou dores dos outros. Bondade é aliviá-los, acompanhá-los pela afabilidade e pela mansidão.

I) A PERSEVERANÇA

As virtudes morais, levando ao limiar da vida moral, preparam a união. Mas, só por si, não operam uma ordem estável. Sem a perseverança, o esforço cansa e a vigilância afrouxa. Só a perseverança garante o fim. Esquecemos muitas vezes, que na vida moral cada dia é um recomeço. A nossa vida recomeça cada manhã; cada dia da nossa vida traz a esperança de uma coisa bela. É por isso que o Catolicismo é tudo o que há no mundo de menos cansado, de menos rotineiro. Para o cristão, cada dia que nasce é a promessa de uma aventura maravilhosa a empreender. Há uma conversão à Verdade, ao Bem e à Beleza. Há um sim a pronunciar, pausada e lucidamente, a cada momento, ao longo das 24 horas. Há um momento único de conquista das alturas. Todos os dias, Deus oferece a sua graça, se sabemos ouvi-la; todos os dias, há uma resposta com uma nova fidelidade.

Isto, em todos os dias da nossa vida. Até ao último. A cada minuto, ainda é tempo de escolher o Bem. A nossa virtude fixa-se, só, no momento em que fechamos os olhos para sempre.

É esta perseverança na aventura do quotidiano, no trabalho de aperfeiçoamento moral, que é a verdadeira juventude da alma.

É Deus ama as almas jovens!

5. OS FRUTOS DUMA VIDA MORAL SÉRIA:

Uma vida moral séria, ordenada pela humildade, prudência, paciência, temperança, tem os seus frutos: o equilíbrio, a paz, a alegria. O equilíbrio da ordem gera a paz; e esta, a alegria. Da paz e da alegria, vem o sentido de Deus, que dá a clarividência fundamental ao homem.

A paz não é só a ausência de guerra; no sentido positivo, é a tranquilidade na ordem, quando tudo está no lugar em que deve estar, e nada fora do seu posto próprio. Funda-se na Justiça e na Caridade, no Amor de todos os homens, nossos irmãos, em Deus, em nome de Cristo.

A paz interior é a felicidade máxima que o homem pode ter na terra; é tudo o que há de mais contrário à agitação, à actividade desordenada. Supõe uma actividade, mas ordenada nos fins últimos do homem. A consciência da posse do bem leva à alegria, à alegria cristã, que é renovadora e transbordante. É a alegria do homem que, num clima de vida espiritual, conquista o seu equilíbrio, e que Deus inunda com a sua graça.

O homem, que põe em Deus a sua força, e de que Deus é o sustentáculo, é o homem que tem o sentido do divino, que se torna operante, a ponto de ser essencial em tudo. Sem este sentido do divino, a religião apenas impressiona a superfície da vida. Só ele a revolve nas suas raízes mais fundas; só a partir dele podemos construir verdadeiramente a vida, porque só ele dá ao homem, as suas verdadeiras proporções. Sem Deus, o homem tem de, necessariamente, sentir-se descentrado. Só Deus faz o homem ser verdadeiramente homem.

TEMA DE ESTUDO DAS EQUIPAS DO 2º. ANO

A VIDA MORAL



(Pontos de discussão para as equipas)

I - NOÇÃO DE MORAL NATURAL

1. Já tens ouvido falar de Moral Natural. Saberás explicar o que isso é? Quais os conceitos de moral mais aceites e defendidos no meio universitário?
2. O que é o Bem? O que é o mal? Dependerão, unicamente, da intenção de quem os pratica, ou terão um valor objetivo absoluto?
3. Afirma-se, frequentemente, que a nossa época está imbuída duma "moral relativista". O que se entende por esta expressão?
4. Haverá um padrão único, aferido da moral?
 - Se não há, como pode existir um Dever Moral?
 - Se há, como se explicam as variações de comportamento moral, com o tempo, os lugares, os tipos de educação, etc.?(Considerar, entre outros, o caso de certas tribus selvagens e canibais)

Fundação Cuidar o Futuro

II - FUNDAMENTOS DA MORAL NATURAL

1. "Cada homem, dotado de corpo e espírito de razão e vontade livre, para dispor de ambos como quiser, é responsável pela dignidade da sua conduta moral".
Em que deve consistir essa dignidade?
Quais as falhas mais frequentes, no meio universitário? (Recordar aspectos relativos à Pureza, Honestidade, Lealdade, Justiça, etc.) Como eliminá-las?
2. Verifica-se, no meio universitário, uma preocupação de respeitar a dignidade moral dos outros - professores, colegas, empregados? (Pensar na vida de estudo, nas relações de camaradagem, nas manifestações de afecto, etc.).
Como superar as deficiências, possivelmente encontradas?
3. Se, numa discussão, na tua Faculdade, precisasses de fundamentar a Moral Natural (independentemente da Revelação), o que dirias?



III - A PERSPECTIVA DA MORAL CRISTÃ

1. Há quem considere o Cristianismo uma doutrina "espiritualista", anti-natural (desinteressada dos valores materiais). Com que argumentos combaterias esta noção falsa?
 2. "F.... é católico, praticante, e tem uma conduta moral duvidosa; ao passo que um seu colega, ateu declarado, é honesto e justo". - "Os católicos não são diferentes dos não católicos!" etc. Frases como estas ouvimo-las frequentemente. Como explicá-las?
-

IV - A MORAL CRISTÃ E A FELICIDADE HUMANA

1. Há um desejo muito forte e muito íntimo, na alma de todos os homens: o desejo de felicidade. Como é, normalmente, entendida a felicidade? Como a deve entender o cristão?
2. O cristão aperfeiçoa-se para ganhar o céu; por isso, não tem mérito, é um interesseiro..." eis uma afirmação, que se ouve com frequência. Como refutá-la?
3. Será legítima, será meritória a atitude do católico que resiste à tentação de cometer certo pecado, por temer o castigo consequente?

Fundação Cuidar o Futuro

V - A) A HUMILDADE

1. Qual a atitude mais generalizada no nosso meio: - a daqueles que se declaram indignos, incapazes, desprovidos de dons - e, por isso se furtam a assumir responsabilidades? - ou a dos que se orgulham do seu talento, o patenteiam aos olhos do semelhante, julgando-se "muito acima" da maioria?
Em que consiste a atitude humilde?
 2. Será possível a humildade no homem, que recusa Deus? Porquê?
 3. Considerando o nosso dia-a-dia na Faculdade, na família (ou lar), no grupo de amizade, etc. -quais os meios concretos de que dispomos para cultivar a virtude da humildade?
-



V - B) A PRUDÊNCIA

1. Considera-se a Prudência como "a virtude do equilíbrio". O que se entende por isto? Será que "a virtude está no meio termo", como eriam os antigos clássicos?
 2. Aos olhos dos homens, o mistério da Cruz pode parecer uma "louca imprudência". Contudo, Cristo sempre louvou o servo prudente... Como conciliar estas duas atitudes? Que relação podemos estabelecer entre elas e a nossa vida diária?
 3. "Quando sou imprudente?... - Reflectir seriamente e procurar descobrir os aspectos e momentos, em que mais se falha na virtude da prudência.
-

V - C) TEMPERANÇA

1. "O problema da Temperança não consiste em suprimir as paixões, mas em sublimá-las... Discute esta frase, tendo em vista o lugar que a Moral cristã concede à natureza humana. Considera as exigências da ascese cristã.
 2. Chamamos gula à falta de sobriedade no uso dos alimentos e bebidas; essa sobriedade, porém, diz respeito, não só à quantidade, mas também à qualidade do que se come ou bebe. Quais são neste campo, as falhas mais frequentes verificadas no nosso meio? Como corrigi-las? (Relaciona com o problema da miséria. Aborda a questão do luxo, em geral).
 3. Há quem afirme que a intemperança na vida sexual é, em muitos casos, irresistível no homem normal. Como argumentarias contra esta falsa afirmação? Distinguir a vida normal da vida patológica: psicopatológica ou fisiopatológica. Como é entendida a Castidade, virtude, à luz dos princípios da Moral cristã?
 4. Sabendo que a intemperança resulta duma falta de domínio da razão sobre os sentidos, que conclusões podemos tirar, a este respeito, do que observamos normalmente no nosso meio? Que normas de acção podemos traçar?
-



V - D) A POBREZA

1. Em que consiste a virtude da pobreza? Será compatível com a posse da riqueza? Terão esta virtude, todos os que são pobres? Quais os obstáculos que tornam difícil cultivar o espírito de pobreza, na nossa vida? Como removê-los?
2. O problema da miséria não é distinto da nossa atitude perante os bens. Assim, temos a noção justa do direito que nos assiste a usufruí-los? Como entende, o nosso meio, esse direito à posse dos bens? (Atitude perante o supérfluo). Não esquecer o legítimo e fecundo aumento da riqueza.
Qual a mensagem que o espírito de pobreza cristã veio trazer ao mundo de hoje?
3. Como e em que medida se justifica o uso legítimo dos bens, com o fim de criar ou desenvolver condições de beleza e conforto de vida?
4. "O supérfluo é devido à comunidade, para a salvaguarda e promoção do bem social". Que significa isto?
Qual poderá ser a nossa actuação em movimentos de Acção Social: Conferências Vicentinas, trabalhos em bairros pobres, Campanhas de habitação, etc.?
Que aspectos particulares revestirá a actuação que nos proporemos o curso que frequentamos, a nossa futura profissão? Que preparação podemos fazer neste sentido?

V - E) A OBEDIÊNCIA

1. "A obediência a Deus e aos outros surge, sempre, à base de Renúncia. É o acto mais sublime da liberdade humana".
Discute amplamente este ponto. (refere-te ao problema do livre-arbitrio).
2. Qual o dever que nos assiste de obedecermos a uma autoridade legítima, mas realizada imperfeitamente?
Perante uma determinação errada, qual deverá ser a nossa atitude?
3. A questão da obediência à autoridade da Igreja é a mesma que se põe a respeito de qualquer outra instituição legítima? (Aborda o problema da infalibilidade pontifícia, a existência de certas manchas na história da Igreja, etc.).
4. Quais os aspectos concretos da nossa vida, em que podemos desenvolver o espírito de obediência? (Considerar a vida de família, da Faculdade, da J.U.C.F., etc.).



V - F) A PACIÊNCIA

1. Em diálogo com Deus, que lhe pedimos mais: que se cumpram os nossos bons desejos ou que se faça a Sua vontade a nosso respeito?
 2. Considerar as faltas de paciência mais frequentes:
 - conosco próprias;
 - com os outros (família, Faculdade, J.U.C.F., etc.);
 - com as contradições da vida;
 - com o vulgar de todos os dias...
 3. "A Paciência na Dor é prova de Amor e de Fé". - Desenvolver o sentido desta afirmação, tendo em vista não só o sofrimento físico (doença), mas também a tribulação espiritual (provação, consciência de pecado, etc.).
-

V - G) A JUSTIÇA

1. Há, no nosso meio, uma noção certa do que é a Justiça?
Em que se fundamenta esta virtude?
Que aspecto particular tem nas relações do homem para com Deus?
2. Em que bases da Justiça, devem assentar o amor para com os pais e o amor para com a pátria? Considerar um e outro casos separadamente e atender às diferenças essenciais.
3. Hoje fala-se muito de "Justiça social". Que devemos entender com esta expressão? Quais as falhas, actualmente, mais verificadas a este respeito? O que está na nossa mão fazer, para as eliminar, pelo menos em parte?
4. "A Justiça distributiva é uma virtude dos chefes". Que quer dizer isto? Que obstáculos a impedem, muitas vezes? Como superá-los?
5. O dever de rectidão é uma forma de Justiça para com o próximo. Como é cumprido no nosso meio?
Considera o hábito, tão generalizado, das cábulas, das cunhas, etc. e tire conclusões e propósitos firmes de acção.



V - H) A FORTALEZA

1. A Fortaleza é a virtude das almas jovens. Como se manifesta?
 2. A fuga às responsabilidades e a inconsciência perante o Dever são marcas da nossa época. Em que sentido, as podemos considerar resultantes da falta de Fortaleza? Analisa o que se observa no meio universitário e traça normas de conduta.
 3. O auto-domínio é uma manifestação de Fortaleza. Como desenvolvê-lo em nós, sem cair no excesso duma tensão constante e excessiva do espírito? (Convém ter presente a vida de família, de Faculdade, etc.)
 4. Como é que a Bondade, a virtude moral mais intimamente ligada à Caridade, está, também, relacionada com a Fortaleza?
-

V - I) A PERSEVERANÇA

1. Quando nos lançamos num empreendimento, desistimos ou desanimamos facilmente, perante as dificuldades?
Na nossa vida espiritual, somos capazes de recomeçar sempre, após cada desvio?
 2. Tendo em vista, sobretudo as tarefas de estudo e as actividades apostólicas (J.U.C.F.), - quais os aspectos, em que temos de desenvolver a nossa perseverança?
-

VI - FRUTOS DUMA VIDA MORAL SÉRIA

1. O equilíbrio e a paz são resultado duma vida em ordem.
- Porquê a nossa agitação?
- Porquê a nossa instabilidade?
Rever, em consciência, o que não está em ordem.
2. A alegria interior é irradiante, comunicativa. Como conquistá-la?
Como torna-la um meio de apostolado?